

Preparando-se para a guerra híbrida: uma análise das ações russas de enfrentamento a revoluções coloridas e interferência externa

Preparing for hybrid war: an analysis of Russian measures to counter color revolutions and foreign interference

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.130300>

Benno Victor Warken Alves
Servidor Público Federal, Brasília, Brasil
benno@alumni.usp.br 

Bruno Vieira de Macedo
Servidor Público Federal, Brasília, Brasil
bmacwork@hotmail.com 

Lucas Roahny
Servidor Público Federal, Campo Grande, Brasil
roahny@gmail.com 

Resumo

O recente conflito deflagrado na Ucrânia tem suscitado debates quanto à capacidade da Rússia para defender seus interesses estratégicos em cenário de confronto velado com os EUA e seus aliados europeus. Embora discussões sobre o assunto avaliem sobretudo a capacidade russa na seara militar, sem dúvida a manutenção da estabilidade e legitimidade do regime político, com a adoção de medidas também nos campos político e econômico, tem sido igualmente relevante para a agenda do Estado russo. Neste artigo, descrevemos e analisamos medidas adotadas pelo Estado russo nas últimas duas décadas nos campos político, econômico e militar. Argumentamos que a construção de capacidades combinadas nessas três esferas se deu ao longo de um processo de reforma do Estado, guiado por uma compreensão específica acerca do fenômeno da guerra híbrida, difundida entre membros de seu establishment de Defesa e Segurança. Por fim, buscamos interpretar como as medidas adotadas conferiram maior resiliência às instituições e à economia da Rússia face a um processo de “desacoplagem” em relação a países do Ocidente, concluindo que tais medidas compuseram um programa de “defesa híbrida” consideravelmente bem-sucedido para a proteção dos objetivos geoestratégicos russos diante de um cenário de crescentes hostilidades com potências ocidentais.

Palavras-chave: Rússia; Guerra híbrida; Interferência externa.

Abstract

The recent conflict in Ukraine raised questions about Russian capacity to defend its strategic interests in a scenario of proxy confrontation against the United States and its European allies. Although discussions tend to emphasize Russian capacities in the military sphere, the preservation of the political regime's stability and legitimacy, through the adoption of measures in the political and economic spheres, has been equally relevant to the Russian state's agenda. In this article, we describe and analyze measures adopted by the Russian state during the last two decades in the political, economic and military spheres. We argue that the construction of combined capabilities in these spheres took place during a process of reform of the Russian state, guided by a specific comprehension about the phenomenon of hybrid war, consolidated among members of the Russian Federation's defense and security establishment. Lastly, we seek to interpret the measures adopted as a mechanism that rendered Russia's institutions and economy more resilient to a process of “decoupling” from Western countries and we conclude that such measures constituted a “hybrid defense” program that was considerably successful in protecting Russian geostrategic objectives against a backdrop of growing hostilities with Western powers.

Keywords: Russia; Hybrid war; Foreign interference.

Recebido: 19 Fevereiro 2023
Aceito: 16 Maio 2023

Os autores agradecem os comentários recebidos em apresentação de versão preliminar desta pesquisa no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, em agosto de 2022.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Introdução

A dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria ocorreram sem uma derrota em campo de batalha. A certeza da mútua capacidade de destruição nuclear tornara inviáveis as guerras entre potências atômicas. Ainda que no período posterior à Segunda Guerra Mundial as guerras tenham se tornado mais frequentes que em eras anteriores (TILLY, 1996, p. 123), os confrontos entre grandes potências caracterizam-se, com crescente intensidade, pelo emprego de ações encobertas e de formas menos letais de manipulação da opinião pública e dos processos decisórios inimigos. A utilização de empresas de fachada, organizações não governamentais (ONGs) e grupos da sociedade civil facilitava a negação da autoria e da participação de agentes estatais em ações de interferência externa (embora nem sempre os esforços para encobrir rastros fossem bem-sucedidos), evitando-se, assim, uma escalada nuclear (WOLOSZYN, 2013; CORMAC; ALDRICH, 2018).

Embora a eficiência na obtenção de objetivos de política externa resultante do emprego de tais ações não tenha sido capaz de eliminar as guerras convencionais, novas tecnologias digitais foram integradas ao arcabouço de instrumentos disponíveis para os confrontos contemporâneos. Essas tecnologias se mostraram capazes de acelerar processos políticos, econômicos e sociais que, no passado, demorariam anos ou décadas para amadurecerem e se converterem em eventos disruptivos de grandes proporções.

Diante desse novo cenário internacional e das novas ameaças às soberanias nacionais, diferentes centros de pensamento estratégico passaram a buscar novos conceitos para definir um fenômeno emergente e desafiador: o acoplamento articulado de ações no campo político-informacional, de um lado, e ações militares, de outro, em um esforço coordenado para o atingimento de objetivos de política externa. Nesse contexto, ganhou importância, no debate público, o termo “guerra híbrida”.

Embora diferentes dimensões do fenômeno já viessem sendo exploradas em meios acadêmicos e militares a partir de outros conceitos – “guerra informacional”, “guerra de quarta geração”, “guerra em rede”, etc. –, foi a crise de 2013-2014 na Ucrânia que sacramentou o entendimento público acerca da existência de um novo fenômeno.

Líderes da Rússia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) enxergaram nuances diferentes e construíram conceitos de “guerra híbrida” a partir de distintas matrizes epistêmicas (ALVES; MACEDO; ROAHNY, 2022). Para a discussão que aqui nos interessa, daremos enfoque à visão russa do fenômeno, pois o objetivo do presente artigo é analisar as medidas adotadas pelo governo russo para se preparar para enfrentar ações entendidas pelas próprias autoridades russas como parte de uma guerra híbrida.

Para entender as ações russas, expomos, primeiramente, como se deu a consolidação de uma nova percepção de ameaça plasmada na ideia de “revoluções coloridas”. Em seguida, reconstruímos o enquadramento ontológico que moldou o entendimento do fenômeno por autoridades russas enfatizando o conceito de “guerra híbrida”. Por fim, descrevemos e analisamos as respostas do Estado russo (chamadas aqui de “contramedidas”) nos campos político, econômico e militar para fazer frente às ações tidas como ofensivas por parte de potências ocidentais.

Para além de ajudar a compreensão da conjuntura doméstica russa atual, a análise dessas medidas não deixa de ter utilidade também para autoridades, estudantes e pesquisadores interessados no desenvolvimento autônomo, pelo Brasil, de mecanismos de enfrentamento a ameaças híbridas.

Cristalização da percepção da ameaça das revoluções coloridas

Entre 2000 e 2005, a Rússia sofreu reveses em seu entorno estratégico, com perda significativa de influência sobre nações que, mesmo após o colapso soviético, permaneciam representando anteparos de contenção à influência ocidental. Diversos autores - como Berzina (2019), Bandeira (2013, p. 94-100), Rosenberg (2011), Sussman e Krader (2008), Carlson (2004), Steele (2004) e Dobbs (2000) - já apontaram como as transições de regime na Iugoslávia (2000), Geórgia (2003), Ucrânia (2004) e Quirguistão (2005) receberam apoio externo, ainda que tenham assumido contornos de mobilizações da

sociedade civil contra lideranças “autocráticas”, percebidas por parcelas daquelas sociedades como representantes do antigo status quo. Em razão do uso de cores e símbolos semelhantes pelos manifestantes, cunhou-se, então, o conceito de “revolução colorida” para se referir a tais processos de mobilização política (BERZINA, 2014, p. 3).

No caso da Rússia, autores como Lyytikainen (2014) e Schwirtz (2007) também apontaram tentativas semelhantes de desestabilização, como, por exemplo, com a criação do movimento Oborona (“Defesa”), em 2005, e da coalizão partidária “Outra Rússia”, em julho de 2006. O movimento Oborona foi criado por ativistas de oposição a Vladimir Putin, com apoio da ONG alemã Friedrich Naumann, e ajudou a adensar a participação de jovens nas chamadas “Marchas dos Dissidentes”, convocadas ao longo de 2007 e início de 2008 com o objetivo de influenciar o resultado das eleições parlamentares e presidenciais (ROBERTSON, 2009, p. 536; LYYTIKÄINEN, 2014, p. 43-44; NIKOLAYENKO, 2017, p. 244).

A cerimônia de criação da coligação Outra Rússia, em São Petersburgo, contou com a presença do embaixador britânico e de autoridades estadunidenses que se encontravam na cidade para a primeira reunião do grupo G-8 sediada pelo governo russo. Por ocasião do evento, o presidente dos EUA, George W. Bush, manteve encontro reservado com líderes de ONGs e da sociedade civil que atuavam na Rússia. O Kremlin protestou contra a participação de autoridades estrangeiras em eventos político-partidários no país, mas não conseguiu impedi-la (MOSNEWS, 2005; MOSNEWS, 2006; RFE/RL, 2006; WASSERMANN, 2006; USA, 2007, p. 133).

A avaliação do presidente Vladimir Putin quanto à gravidade dos desafios que se impunham à soberania russa naquele momento ficou consagrada no discurso proferido durante a Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007. Na ocasião, Putin criticou a atuação de organismos internacionais e de ONGs que se propunham a defender a democracia e os direitos humanos na Rússia sem levar em consideração as posições do próprio governo russo.

De fato, à época, o governo dos EUA realizava amplo esforço de treinamento e financiamento de movimentos em defesa das pautas de democracia e direitos humanos na Rússia, conforme revelado em relatório publicado pelo próprio Departamento de Estado norte-americano em 6 de abril de 2007 (USA, 2007, p. 133-137). A publicação desse relatório motivou severas críticas por ambas as casas do parlamento russo, onde foram aprovadas, por unanimidade, em 13 de abril daquele ano, moções de repúdio ao documento e às ações norte-americanas, considerados como tentativas de ingerência em assuntos internos.

A reação do parlamento russo ainda observava outro cronograma: no dia anterior (12 de abril de 2007), o magnata Boris Berezovsky, opositor de Putin exilado em Londres, havia declarado ao jornal *The Guardian* estar financiando grupos na Rússia que planejavam um “golpe de estado violento” contra Putin (COBAIN; TAYLOR; HARDING, 2007). Essa declaração antecedia, em dois dias, novas manifestações convocadas por todo o país no contexto das “Marchas dos Dissidentes”.

Nessa conjuntura, ao criticar o relatório do Departamento de Estado norte-americano, os deputados da câmara baixa (*Duma*) alertaram que oficiais do governo dos EUA estavam participando de “eventos organizados inclusive por forças abertamente extremistas” e que tentavam alcançar “interesses econômicos e políticos interferindo em assuntos internos de outros estados”. Os deputados conclamaram, então, “todas as forças políticas responsáveis” no país a trabalharem em conjunto para assegurar os valores e a soberania da Rússia, prevenir violações da lei e proteger os cidadãos russos de tentativas estrangeiras de infringir direitos constitucionais (RUSSIA, 2007^a, tradução nossa).

Na câmara alta (Conselho da Federação), além de corroborarem a percepção de tentativa de interferência externa, os parlamentares lembraram que a “implementação da democratização” pelo Departamento de Estado dos EUA no espaço pós-soviético “levou a tristes consequências”, como as “revoluções ‘coloridas’ (*tsvetnye revolyutsii*) na Ucrânia, Geórgia, Quirguistão e Uzbequistão”. Disseram, ainda, que essas revoluções seguiam um padrão: “violação da estabilidade, violação da segurança pública, desestabilização da ordem constitucional, colapso do estado” (RUSSIA, 2007^b, tradução nossa). Por fim, o parlamentar Sergey Fedorovich Lisovsky alertou:

Parece-me que ninguém na América notará todas as nossas declarações e devemos passar das palavras aos atos. Como esta é uma declaração do Departamento de Estado dos EUA, não é acidental. Depois disso, haverá sanções econômicas contra a Rússia de uma forma ou de outra. Ao mesmo tempo, nosso governo, em minha opinião, não percebe essa atitude hostil da América em relação à Rússia. Fazemos acordos de recursos energéticos em dólares, mantemos os recursos do Fundo de Estabilização em dólares, importamos frango americano, apoiamos os agricultores americanos, esquecendo-nos completamente do nosso próprio complexo agroindustrial. Será que, além deste apelo, não devemos enviar também um apelo ao nosso Governo, para que perceba que temos um adversário no exterior, com quem também precisamos lidar economicamente de algum modo? (RUSSIA, 2007b, tradução nossa).

Esse comentário não apenas lançaria as bases para um posterior processo de desacoplamento econômico da Rússia, mas também pressionaria o poder executivo a analisar o conjunto das ações norte-americanas a partir de um novo prisma. Apesar da conhecida participação de atores estrangeiros nas transições de regime da primeira década do século XXI (SUSSMAN; KRADER, 2008), tanto de forma velada quanto ostensiva, tais eventos ainda não eram interpretados de forma sistemática pelo governo russo como agressão ou guerra de caráter não-militar (*nonmilitary warfare*) perpetrada por Estados estrangeiros (JONSSON, 2019, p. 125, 136).

De fato, em 2005, quando questionado se as revoluções no entorno da Rússia poderiam afetar os interesses geoestratégicos de seu país, Putin respondeu que não as interpretava como uma tentativa de “cerco” nem estava preocupado com o resultado das revoluções em si, uma vez que os líderes que assumiram o poder mostravam-se pragmáticos em suas relações com a Rússia, mas estava preocupado com o fato de que essas crises não estavam sendo equacionadas no âmbito das constituições e das legislações dos países afetados (RUSSIA, 2005). O principal ponto, portanto, não era a interferência externa, mas a incapacidade de equacionar os impasses políticos domésticos por vias institucionais.

Isso, contudo, viria a mudar a partir de 2011, com os desdobramentos da “Primavera Árabe”. Em março daquele ano, embora a Rússia declarasse “inaceitável” uma interferência militar na Líbia (REUTERS, 2011), a abstenção do governo russo (e também da China) acabou possibilitando a aprovação da Resolução nº 1973 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que autorizava a criação de uma zona de exclusão aérea em território líbio (UNSC, 2011). Semanas depois, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, queixou-se de que, para além da imposição da zona de exclusão aérea, a OTAN estava realizando ataques aéreos contra forças do governo líbio, extrapolando o objetivo de proteger civis e, na prática, interferindo na guerra civil sem mandato expresso do CSNU (BBC, 2011).

A deterioração das condições políticas na Líbia despertou o alerta entre autoridades do Kremlin sobre uma possível ampliação do escopo de atuação dos Estados Unidos, com crescente incorporação de alternativas militares não convencionais, que se alinharam aos tradicionais meios de intervenção político-diplomática (BERZINA, 2014, p. 12). Na sequência, em dezembro de 2011, voltaram a ocorrer protestos massivos nas principais cidades da Rússia contestando a legitimidade do sistema eleitoral. Os protestos prosseguiram nos primeiros meses de 2012, quando haveria nova eleição presidencial, causando sobressalto no governo russo.

Assim, munidos das reflexões sobre as revoluções coloridas da década anterior, presenciando as consequências catastróficas da “Primavera Árabe” e diante de situação similar a se desenrolar no próprio território russo, as elites dirigentes do país cristalizaram, de 2012 em diante, a percepção de que tais eventos constituíam fenômenos indissociáveis de ações de interferência externa, fomentados ou amplificados por países ocidentais (JONSSON, 2019, p. 125, 132).

Assinalando essa mudança de percepção, quando as primeiras propostas de criação de zonas de exclusão aérea na Síria começaram a ser aventadas em 2013, a Rússia logo manifestou que utilizaria seu poder de veto no CSNU (BACZYNSKA; GUTTERMAN; HERITAGE, 2013). Seguindo a nova linha de interpretação dos fatos, quando adveio a crise da Ucrânia em 2014, Putin fez questão de destacar o papel de potências externas na preparação de um “exército de militantes bem treinados e bem equipados” para lutar contra o ex-presidente ucraniano Viktor Yanukovich. Em contraste com suas declarações de 2005, Putin frisou que sabia que essas ações não eram direcionadas apenas contra a Ucrânia, mas também

contra a própria Rússia e os esforços de integração eurasiática, em um movimento que, *pari passu* à expansão da OTAN, assemelhava-se à política de contenção empregada contra a Rússia desde o século XVIII (RUSSIA, 2014b).

Para enfrentar tamanho desafio, era preciso entendê-lo em sua essência, dando-lhe um enquadramento ontológico, o que foi feito mediante a definição do conceito de “guerra híbrida”.

Enquadramento ontológico do conceito

Embora menções de autoridades russas ao fenômeno da guerra híbrida possam ser identificadas em documentos oficiais desde pelo menos o ano de 2010 (ALVES; MACEDO; ROAHNY, 2022, 233-34), uma visão consolidada foi formalmente exposta para a comunidade internacional em maio de 2014, durante a terceira edição da Conferência de Segurança Internacional de Moscou (MCIS, na sigla em inglês).

A Conferência acontecia sob a sombra da nova revolução colorida ocorrida entre o final de 2013 e o início de 2014 na Ucrânia, conhecida como “Euromaidan”. No decorrer da 3ª MCIS, autoridades do Estado russo expuseram a tese de uma crescente imbricação entre formas de ingerência política e emprego de forças militares, estratégia que estaria sendo largamente utilizada pelos EUA para capitanear mudanças de regime político em países não alinhados.

Na ocasião, Valery Gerasimov, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas russas, nomeou a abordagem como sendo uma “técnica adaptativa de emprego da força militar”; nela, gradativamente, meios de pressão não bélicos seriam substituídos ou vinculados à mobilização de unidades militares. Segundo Gerasimov, a sofisticação das formas de ingerência em assuntos internos e a violação da soberania dos Estados implícita a essa abordagem representaria um dos principais desafios securitários contemporâneos¹. Ressalte-se que tais ideias já haviam sido anteriormente apresentadas por Gerasimov (2013) em artigo acadêmico que, no Ocidente, deu origem à discussão sobre a existência de uma nova doutrina russa sobre a guerra, a “Doutrina Gerasimov”².

Em 2015, pouco após a realização da 3ª MCIS, o analista político russo-americano Andrew Korybko publicou monografia (2018 [2015]) na qual discorreu sobre a “abordagem indireta adaptativa”, subjacente à política externa norteamericana, a qual objetivaria a desestabilização e derrubada de regimes não alinhados. A essa ideia – uma clara referência à tese exposta por Gerasimov –, Korybko deu o nome de “guerra híbrida”. Segundo o autor, guerras híbridas seriam conflitos assimétricos provocados a partir do exterior com o objetivo de sabotar interesses geoeconômicos do país-alvo (KORYBKO, 2022, p. 12).

Para o autor, as guerras híbridas se desdobram em duas fases. Na primeira fase, político-informacional, atores estrangeiros mobilizam recursos para financiar, assessorar ou mesmo estruturar movimentos de oposição política com vistas à troca de regime (“revolução colorida”). Em caso de fracasso, a segunda fase caracteriza-se pela possibilidade de escalada do conflito para formas assimétricas de combate armado (KORYBKO, 2018 [2015], p. 13). Haveria preferência pelas modalidades menos diretas de envolvimento, como o treinamento e o apoio logístico a movimentos autóctones de insurgência (Idem, p. 73). Todavia, cenários de guerra híbrida também contemplariam a mobilização crescente de unidades militares do Estado patrocinador da agressão, em um espectro que iria do emprego velado das forças especiais até a deflagração de uma campanha militar convencional (Idem, p. 82).

Note-se que, à medida que amadureceu, o pensamento russo efetuou aproximação entre o fenômeno das revoluções coloridas e o conceito de interferência externa. A vinculação é relevante, pois permite compreender com maior clareza o processo pelo qual autoridades russas passaram a interpretar como questão de segurança nacional a mobilização política de massa em seu entorno estratégico. Tal processo se consolida mediante a constatação de que a presença de atores

¹ As apresentações realizadas na 3ª MCIS foram publicadas pelo Ministério da Defesa da Federação Russa (RUSSIA, 2014a).

² A existência de uma “doutrina” própria, criada a partir das reflexões de Gerasimov, é tema controverso, tendo sido mais recentemente renegada pelo próprio criador do conceito (GALEOTTI, 2019). Anteriormente, Bartles (2016) já havia frisado que as ideias de Gerasimov continham reflexões sobre os desafios do ambiente operacional presente e futuro, não se confundindo com proposições doutrinárias sobre novas formas de fazer a guerra. Por outro lado, há pesquisadores que permanecem defendendo a validade heurística da doutrina Gerasimov, mas imputando sua “paternidade” a outros atores da política russa (e.g. RUMER, 2019).

estrangeiros não é fortuita, mas antes parte constitutiva da dinâmica de instabilidade sociopolítica capaz de ensejar a mudança de regime.

Aqui reside, pois, o foco de enquadramento das revoluções coloridas como ameaças securitárias cujas raízes encontram-se fora do espaço doméstico. Em consequência desse argumento, a ação de atores externos na organização, financiamento, promoção ou apoio logístico a manifestações políticas passou a ser encarada por autoridades russas como afronta à soberania nacional e ao princípio de não ingerência em assuntos internos.

Independente da “realidade” da ameaça securitária representada pelas revoluções coloridas para a estabilidade das instituições da Federação Russa, o enquadramento conceitual do fenômeno sob o guarda-chuva da guerra híbrida produziu efeitos concretos. Dito em outras palavras: a securitização das formas complexas de interferência externa ligadas à guerra híbrida permitiu que se formulassem contramedidas estatais que, por sua vez, reduziram a margem de ação de governos e organizações estrangeiras potencialmente interessados em influenciar o processo decisório e a dinâmica sociopolítica local, com implicações que se estendem para o presente e se revestem de crescente relevância.

Contramedidas no campo político

Nos últimos anos, diversas iniciativas políticas, alterações legais e aperfeiçoamentos institucionais na Rússia podem ser compreendidos à luz da preocupação securitária com as revoluções coloridas e o fenômeno mais amplo das guerras híbridas. Uma das medidas mais precoces ocorreu ainda em maio de 2005, quando o Kremlin criou seu próprio movimento de apoio, o Movimento Antifascista Democrático Jovem, ou Nashi (“Os Nossos”), que utilizava, basicamente, as mesmas estratégias e táticas dos movimentos de oposição. A criação do movimento estava em sintonia com a ideia de “democracia soberana”, formulada, em 2006, por Vladislav Surkov, conselheiro de Vladimir Putin. Essa ideia permitiu contrapor à semântica universalista da democracia liberal uma visão alternativa, fundamentada em especificidades sociais e culturais da Rússia (WILSON, 2009, p. 382).

Em 2006, entrou em vigor a chamada “Lei das ONGs” (RUSSIA, 2006), que atribuiu a órgãos oficiais o dever de registrar e fiscalizar tais entidades, inclusive exigindo a entrega de relatórios financeiros anuais. Também restringiu a possibilidade de associação às ONGs apenas a indivíduos domiciliados no país e proibiu a participação de indivíduos monitorados por lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, assim como detentos e condenados por extremismo. (KAMHI, 2006). Os órgãos oficiais também passaram a poder negar o direito de funcionar em casos específicos, como quando os objetivos da organização “geram ameaça à soberania, à independência política, à unidade nacional, à herança cultural e aos interesses nacionais da Federação Russa” (RUSSIA, 2006; HUMAN RIGHTS WATCH, 2008, p. 32). Com respaldo nessa lei, o governo russo pôde intensificar os esforços de repressão a movimentos de oposição, incrementando a atuação de forças policiais e a detenção de manifestantes - o que veio a ser condenado internacionalmente (Idem, p. 12-13; LYYTIKÄINEN, 2014, p. 43-46; MIJNSSEN, 2014; NIKOLAYENKO, 2017, p. 244-251).

Mais tarde, já sob a influência dos protestos de 2011-12 e do desenrolar da chamada “Primavera Árabe”, foi aprovada a lei conhecida como “Lei de Agentes Estrangeiros” (RUSSIA, 2012b), que ampliou as determinações da “Lei das ONGs” de 2006. Na “Lei de Agentes Estrangeiros” foram estabelecidas novas condições para as organizações que desempenham atividades de natureza política e recebem financiamento do exterior (OSTROUKH; HEINRICH, 2012). Além da obrigação de se registrarem perante os órgãos oficiais como “agentes estrangeiros”, mediante entrega de documentação específica, as exigências tornaram-se mais estritas quanto à apresentação de relatórios e informações, inclusive acerca do financiamento, e tornou-se obrigatório incluir em todas as publicações das entidades assim classificadas um aviso, informando tratar-se de material divulgado por um “agente estrangeiro” (RICHTER, 2020, p. 7).

Como resposta ainda mais direta aos protestos de 2011-12, foi promulgada lei regulando a organização de manifestações de rua (RUSSIA, 2012a). Dela, destacam-se: a possibilidade de o poder público definir uma lista de locais onde os atos são proibidos, em função do risco a serviços públicos essenciais e à infraestrutura de transporte; assim como

a possibilidade, por outro lado, de definir locais onde os atos são permitidos mesmo sem aviso prévio às autoridades. Também proibiu que pessoas condenadas por crimes contra a segurança do Estado e pessoas com repetidas condenações cíveis relacionadas à regulamentação de eventos públicos convoquem manifestações (COUNCIL OF EUROPE, 2017, p. 6).

Ainda em 2012 foi promulgada lei (RUSSIA, 2012d) “ampliando a definição de traição contra o Estado” por intermédio da alteração dos artigos sobre traição e espionagem do Código Penal (VAN DER VET, 2018, p. 320). O crime de traição, imputável aos cidadãos russos, passou a incluir “assistência consultiva ou outro tipo de assistência a Estado estrangeiro, organização internacional, organização estrangeira ou seus representantes em atividades contrárias à segurança da Federação Russa” (RUSSIA, 2012d; HUMAN RIGHTS WATCH, 2013a, p. 37). Quanto à espionagem, imputável a cidadão estrangeiro ou indivíduo apátrida, deixou de ser necessária ordem explícita de um serviço de inteligência estrangeiro para que um indivíduo que entregasse informações pudesse ser acusado, bastando “agir no interesse” de um serviço de inteligência de outro país (Idem, p. 38).

A criação de instrumentos para coibir administrativamente crimes na internet também entrou na agenda governamental em 2012. A “Lei de Restrição de Conteúdos na Internet” (RUSSIA, 2012c), como seus críticos a chamaram à época (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013b), foi apontada como a primeira de uma série de mudanças legislativas que aumentaria a regulação estatal da internet. Sua justificativa era proteger menores de idade de abusos e coibir a divulgação de pedofilia e materiais que promovessem suicídio e o consumo de drogas. Foi estabelecida uma “lista negra” de endereços, mantida pelo Serviço Federal para Supervisão das Comunicações, Tecnologia da Informação e Meios de Comunicação. A inclusão de endereços nessa lista poderia ser solicitada por órgãos governamentais, bem como pelos próprios cidadãos (OHCHR/UN, 2018), devendo o conteúdo denunciado ser removido ou seu acesso bloqueado pelo servidor ou plataforma mediante notificação oficial.

Avançando na regulamentação da internet, uma lei de 2013 (RUSSIA, 2013b) permitiu à Procuradoria-Geral solicitar ao órgão regulador da rede a inclusão na “lista negra” de conteúdos convocando distúrbios massivos, atividades extremistas ou a realização de protestos não-autorizados pela legislação (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017, p. 20-21). Ainda em dezembro de 2013, as “convocações públicas online com o objetivo de violar a integridade territorial da Federação Russa” foram incluídas expressamente no código penal como uma forma de extremismo, colocando assim o separatismo sob o alcance do bloqueio de conteúdos digitais (Idem, p. 21).

Em 2014, nova lei (RUSSIA, 2014c) introduziu penas de detenção administrativa, serviço comunitário ou multa para infrações tais como organizar manifestação sem notificar as autoridades, participar de protesto que resulte, de forma dolosa (conforme entendimento da Suprema Corte de fevereiro de 2017), em danos à integridade física ou à propriedade, e participar de eventos que resultem, também de forma dolosa, na interrupção de serviços públicos essenciais, tais como transportes e comunicações (COUNCIL OF EUROPE, 2017, p. 7).

A partir de 2015, um novo conjunto de leis dificultou ainda mais o funcionamento das ONGs com recursos do exterior. Naquele ano, foi concedido à Procuradoria-Geral o poder de declarar “indesejáveis” ONGs estrangeiras ou transnacionais (RUSSIA, 2015b; RICHTER, 2020, p. 10). A inclusão na lista de organizações indesejáveis passou a acarretar: proibição de abrir novas subdivisões ou filiais; cessação das atividades das subunidades existentes; proibição da divulgação de materiais informativos, bem como seu armazenamento; e proibição de implementar programas ou projetos no território russo (RUSSIA, 2015b).

Em 2015 e 2016, à luz da nova lei, foram declaradas “indesejáveis” na Federação Russa as seguintes ONGs sediadas nos Estados Unidos: Open Society Foundations, Open Society Institute Assistance Foundation e Media Development Investment Fund. Também foram atingidos pela medida legislativa o National Endowment for Democracy (NED) e os institutos partidários por ele subvencionados: International Republican Institute (IRI), do Partido Republicano, e National Democratic Institute for International Affairs (NDI), do Partido Democrata norte-americano (RUSSIA, 2020).

No ano de 2017, pessoas jurídicas estrangeiras, mesmo sem filiais na Rússia, passaram a poder ser classificadas como meios de comunicação estrangeiros desempenhando o papel de agente estrangeiro (RUSSIA, 2017), sujeitando-se, portanto, à lei pertinente. Em 2019, outra revisão na legislação (RUSSIA, 2019b) passou a permitir a classificação de indivíduos, e não apenas de organizações, como agentes estrangeiros, caso distribuíssem material de organizações assim rotuladas e recebessem fundos provenientes do exterior. Essa série de restrições tem ensejado críticas ao governo russo por constranger a atuação de entidades não-governamentais no país (RFE/RL, 2012; COUNCIL OF EUROPE, 2015; RAINSFORD, 2015; DIXON, 2021). Mais recentemente, a regulamentação da internet teria culminado com na “Lei de Internet Segura” (RUSSIA, 2019a), que visa essencialmente garantir o funcionamento autônomo da internet na Rússia (“Runet”) caso a infraestrutura do país venha a ser desconectada da rede mundial (STRIZH, 2019; TASS, 2019).

Contra medidas no campo econômico

Um conjunto de leis promulgadas a partir de 2012 visou reduzir a vulnerabilidade de políticos eleitos e servidores públicos a pressões e chantagens econômicas por parte de governos estrangeiros, sobretudo relacionadas a sanções. A primeira delas (RUSSIA, 2012e) consistiu na ampliação do arcabouço legal de combate à corrupção, instituindo a fiscalização sobre a renda declarada e a aquisição de bens por parte de políticos eleitos, autoridades, servidores públicos e funcionários de empresas públicas, bem como de seus familiares. Um dos efeitos esperados era dificultar a ocultação de patrimônio, inclusive no exterior.

No ano seguinte, 2013, nova lei regulamentou de maneira mais específica as obrigações de indivíduos ligados à administração pública. Sua justificativa incluiu “garantir a segurança nacional da Federação Russa” (RUSSIA, 2013a). Passou a ser proibido para indivíduos que

tomam decisões que afetem questões de soberania e segurança nacional da Federação Russa e/ou participem da preparação de tais decisões abrir e ter contas (depósitos), manter dinheiro e valores em bancos estrangeiros localizados fora do território da Federação Russa, possuir e/ou usar instrumentos financeiros estrangeiros (RUSSIA, 2013a, tradução nossa).

Foi estabelecida uma carência para que os indivíduos afetados se desfizessem de contas ou bens banidos ou, então, renunciassem aos cargos que ocupavam. À época, a deputada que presidia a comissão parlamentar dedicada ao combate à corrupção afirmou que “aqueles que se consideram políticos russos, e não estrangeiros ou dependentes do exterior, certamente agirão para transferir todos os seus ativos financeiros para a Rússia” (BACZYNSKA, 2013).

Essa medida mostrou-se útil já a partir de março de 2014, quando, em razão da anexação da Península da Crimeia pela Rússia, EUA e União Europeia (UE) passaram a congelar bens, recursos e contas bancárias de agentes públicos, políticos, autoridades e empresas russas no exterior. A imposição de sanções continuou e, em julho de 2014, EUA e UE passaram a limitar o acesso de bancos públicos da Rússia a mercados de capitais norte-americanos e europeus; também impuseram embargo ao comércio de armas, a bens de uso dual e a tecnologias sensíveis, em especial no setor do petróleo (G1, 2014; UE, 2014).

Dentre as ações tomadas em resposta pelo governo russo, estava a imposição de sanções contra os setores agropecuários norte-americano e europeu, em linha com as queixas manifestadas pelo parlamentar russo Sergei Lisovsky em 2007. Em agosto de 2014, por meio dos Decretos nº 560, 778 e 830 (UE, 2023), a Rússia proibiu a importação de carne bovina, suína, aves, peixes, laticínios, legumes e frutas provenientes dos EUA, da UE e também da Austrália, do Canadá e da Noruega. À época, a Rússia era o maior destino das exportações agrícolas europeias e o segundo maior importador de frango dos EUA (DEVITT; ZINETS, 2014; OLIVEIRA, 2014). A proibição – prevista para durar, em princípio, apenas um ano – foi sucessivamente prorrogada, permanecendo em vigência pelo menos até 31 de dezembro de 2023, conforme o Decreto nº 725/2022 (RUSSIA, 2022a).

Dentre os artífices das respostas da Rússia, estava o economista russo Sergei Glazyev, um dos principais conselheiros econômicos de Putin e ministro da Integração e Macroeconomia da Comunidade Econômica da Eurásia (CEE)³. As propostas de Glazyev (2016) para a blindagem da economia russa contra sanções internacionais transformaram-no em uma espécie de mentor da reconstrução da soberania econômica do país. Na dicção de Glazyev (2022), “as sanções tornaram-se um poderoso incentivo para a transição rumo a liquidações em divisas nacionais e para o desenvolvimento de sistemas de pagamento nacionais”.

Nesse sentido, desde 2014, a Rússia passou a desenvolver um sistema próprio de comunicação eletrônica interbancária – Sistema de Transmissão de Mensagens Financeiras (SPFS, na sigla em russo) – para substituir o sistema SWIFT⁴, cujos operadores ameaçavam desconectar instituições financeiras russas. O Banco Central da Rússia também criou um sistema próprio de pagamento com cartões bancários – Mir –, que busca fazer interface com o sistema chinês Union Pay e possibilitar pagamentos e transferências para outros países, contornando parte das sanções internacionais (GLAZYEV, 2022).

Outra proposta de Glazyev foi o desinvestimento em ativos cambiais situados em territórios sob jurisdição da OTAN e sua substituição por investimentos em ouro – para ancoragem do Rublo contra ataques especulativos – e em títulos de outros países, particularmente da Ásia, e de instituições financeiras internacionais (GLAZYEV, 2016, p. 422).

Assim, é possível observar queda acentuada nas reservas em moeda estrangeira entre 2014 e 2015, passando de cerca de US\$ 450 bilhões para US\$ 300 bilhões (CEIC, 2023). Na sequência, em meio à gradual recomposição dessas reservas, observa-se maior distribuição de ativos em territórios não pertencentes à OTAN. Em junho de 2014, mais de 70% dos ativos cambiais da Rússia se concentravam na França (32%), EUA (29,7%) e Reino Unido (8,6%). Em junho de 2021, esses três países somados concentravam apenas 23,3%. Por outro lado, China, Japão e Áustria, que não ocupavam posições expressivas em 2014, passaram a concentrar 13,8%, 10% e 3%, somando 26,8% dos ativos cambiais russos (RUSSIA, 2015a; RUSSIA, 2022b). Finalmente, é possível observar o aumento constante do volume das reservas em ouro, que dobraram entre julho de 2013 e julho de 2018, de 1.015 toneladas para 2.036 toneladas (TRADINGECONOMICS, 2023).

Por fim, diante das sanções ocidentais, o governo russo se viu forçado a promover um giro comercial em direção à Ásia, adensando relações econômicas principalmente com a China e demais países da CEE. Desde 2008, a China já era o principal parceiro comercial da Rússia, mas, em maio de 2014, os dois países anunciaram a assinatura de acordo histórico no valor de US\$ 400 bilhões, para a venda de aproximadamente 38 bilhões de m³ de gás por ano da estatal russa Gazprom para a petrolífera chinesa China National Petroleum Corp. (CNPC) durante três décadas (com início em 2018) (LIY, 2014). No mesmo ano, os dois países também acertaram a construção do gasoduto Power of Siberia (concluído em dezembro de 2022), para transportar gás da região de Vladivostok até o nordeste chinês (XINHUA, 2022). Parte dos resultados desse acordo se refletiu nos dados de comércio sino-russo entre 2014 e 2020, onde se registrou aumento de 18% no valor das transações, passando de US\$ 88 bilhões para US\$ 104 bilhões (GLAZYEV, 2022). Por outro lado, o comércio com os EUA, no mesmo período, diminuiu outros 18%, de US\$ 29 bilhões para pouco menos de US\$ 24 bilhões (GLAZYEV, 2022).

No âmbito da CEE, a participação comercial dos países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês) subiu de 29,6% para 36,4% no mesmo período; já a participação de países da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês) passou de 16,3% para 24,1% (GLAZYEV, 2022). Em suma, como observado por Glazyev (2022): “o principal resultado das sanções dos EUA e da Europa foi uma mudança na estrutura geográfica das relações econômicas externas da Rússia em favor da China” (tradução nossa).

³ União Aduaneira formada em 2011 por Belarus, Cazaquistão e Rússia.

⁴ Sigla para “*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*”. O Sistema SWIFT opera como uma espécie de rede de comunicação entre instituições bancárias de todo o mundo para a execução de operações financeiras e de pagamentos.

Contramedidas no campo militar

Dentre as contramedidas no campo militar, pode-se elencar, inicialmente, a articulação de ações intituladas “antiterroristas” no âmbito da SCO. Essa organização multilateral, criada em 2001, iniciou seus primeiros exercícios militares conjuntos no ano de 2006, sob a égide de seu braço operacional (Regional Anti-Terrorist Structure – RATS). À medida que evoluíram, os exercícios conjuntos passaram a deter funcionalidades propícias ao enfrentamento de guerras híbridas, particularmente na transição da fase político-informacional para a fase militar, seguindo a estrutura conceitual elaborada por Korybko (2018 [2015]).

Evidenciando a percepção russa sobre um ambiente securitário internacional em acelerada mutação, o governo russo realizou, em um período de 4 anos, duas revisões em sua doutrina militar (em 2010 e, novamente, em 2014). A última revisão datava do ano 2000, que havia alterado a primeira doutrina pós-soviética de 1993. As alterações de 2010 e de 2014 não trataram especificamente do conceito de guerra híbrida, embora o conjunto dos documentos publicados permita vislumbrar o emprego das forças armadas russas para missões correlacionadas aos conflitos assimétricos, característicos das ameaças híbridas.

Em termos mais práticos, contudo, o governo russo criou, em 2016, a Guarda Nacional Russa (GNR), instituída explicitamente como resposta à ameaça de revolução colorida (JONSSON, 2019, p. 146; GRESH, 2020). A GNR é uma instituição militar independente das Forças Armadas e vinculada diretamente ao Presidente da Federação Russa. Foi concebida com o objetivo de unificar, em órgão de abrangência nacional, atribuições e capacidades de segurança interna que antes se encontravam dispersas entre vários entes governamentais. Dentre suas atribuições encontram-se: fiscalizar o comércio de armas; proteger instalações críticas e edifícios públicos; auxiliar na proteção de fronteiras; enfrentar o crime organizado, o terrorismo e o extremismo; e zelar pela ordem e pela segurança pública (ROSLAN, 2017, p. 91).

Os esforços empreendidos no ano de 2016 para a criação da GNR, bem como outras iniciativas de modernização das Forças Armadas russas, a exemplo da aceleração no desenvolvimento de mísseis hipersônicos (SPUTNIK, 2016), ensejaram recorde de destinação de orçamento para a Defesa: US\$ 74 bilhões (SIPRI, 2022). Esse valor pode parecer limitado quando comparado ao orçamento de Defesa dos EUA⁵, mas representou 5,43% do orçamento governamental russo naquele ano, percentual sem precedente na história da Rússia pós-soviética.

A criação da Guarda, compreendida à luz de sua finalidade explícita de evitar revoluções coloridas, demonstra ter sido absorvida e elaborada de maneira consequente a experiência derivada dos casos líbio (2011), sírio (2012) e ucraniano (2014): as lições aprendidas traduziram-se na urgência de desenvolver e integrar as instituições estatais russas capazes de evitar a instrumentalização de manifestações populares a partir do exterior. Naqueles três contextos nacionais, a instabilidade política deflagrada pelos protestos se metamorfoseou em desintegração sistêmica tão logo entraram em cena organizações paramilitares apoiadas por potências estrangeiras – radicais islâmicos, na Líbia e na Síria; organizações neonazistas, na Ucrânia –, assim como grupos armados, com presença de mercenários e operativos de forças especiais, infiltrados a partir de países vizinhos (BANDEIRA, 2016, p. 157, 175, 297, 358, 398). Supridos pelo contrabando de armas, munições e explosivos, tais grupos puderam combater as forças estatais, realizar sabotagens e tomar instalações produtivas, meios de transporte e edifícios governamentais (Idem, p. 296, 384-385), comprometendo a capacidade de resposta do Estado e levando a mudanças de regime ou à guerra civil, como na Síria.

Observar a relação entre o objetivo de contenção da interferência externa e as atribuições específicas da Guarda, com ênfase para a proteção de instalações críticas e edifícios governamentais (ROSLAN, 2017), permite apreciá-la como uma iniciativa de reforma institucional baseada em compreensão sofisticada dos mecanismos de deflagração e escalada das revoluções coloridas. Seguindo a “abordagem indireta adaptativa” (KORYBKO, 2018 [2015]), observa-se que a criação

⁵ Aproximadamente US\$ 690 bilhões em 2016 (SIPRI, 2022).

da Guarda teve como objetivo evitar a escalada da ameaça híbrida de sua primeira fase, político-informacional, para a fase de conflito assimétrico.

Considerações Finais

Avaliando as contramedidas apresentadas quanto a sua cronologia e grau de sofisticação, poderíamos classificá-las em: (1) iniciativas precoces – organização do movimento Nashi, em 2005, “Lei das ONGs” de 2006 e exercícios militares conjuntos no âmbito da SCO, na esteira das primeiras revoluções coloridas exitosas; (2) medidas programáticas – conjunto de leis promulgadas em 2012 e 2013, sob influência da “Primavera Árabe” e dos protestos de 2011-2012 na Rússia contra o processo eleitoral; e (3) aprofundamentos ou aprimoramentos – medidas adotadas nos anos seguintes, tais como as leis sobre agentes estrangeiros e a “Lei de Internet Segura”. A maior parte das medidas econômicas e militares aqui analisadas também se enquadram nessa última categoria. Tal perspectiva cronológica permite que se vislumbre tanto a intencionalidade quanto o acúmulo de experiência incorporado nas sucessivas iniciativas de contraposição às ameaças híbridas por parte do *establishment* russo.

É possível, além disso, interpretar as mesmas contramedidas em busca da lógica de priorização de determinadas tarefas atinentes à defesa contra ameaças híbridas. Nessa linha analítica, destacam-se os esforços para: (1) elaborar uma definição legal de “agentes estrangeiros” e limitar sua atuação; (2) aprimorar a definição dos crimes de traição e espionagem; (3) regulamentar os protestos massivos de rua, com atenção ao potencial de esses eventos afetarem a provisão de bens e serviços básicos e a operação de infraestruturas críticas; (4) criar mecanismos para coibir a divulgação de conteúdo ilegal na internet e aumentar gradualmente o controle do poder público sobre o setor, diminuindo vulnerabilidades em relação a empresas e governos de outros países; (5) reduzir a vulnerabilidade dos agentes públicos a pressões e chantagens econômicas por parte de governos estrangeiros; (6) diminuir ou compensar a dependência econômica em relação a potências rivais, incluindo-se aqui iniciativas comerciais e de infraestrutura – tanto física quanto informacional; e (7) integrar as atribuições de segurança interna em uma única organização, com abrangência nacional. O agrupamento temático aqui exposto evidencia o esforço das autoridades russas para reduzir vulnerabilidades com potencial de serem exploradas em cenários de agressão híbrida.

Observando, portanto, a intencionalidade, o aprimoramento gradual das iniciativas e o mapa de vulnerabilidades híbridas que o Estado russo buscou minimizar ao longo da última década, parece-nos necessário concluir que estamos diante de um verdadeiro programa, e não de medidas independentes ou descoordenadas. Tal programa corresponde, em linhas gerais, ao debate sobre revoluções coloridas e conflitos assimétricos, sob o prisma das guerras híbridas, travado ao longo das duas últimas décadas nos meios político, militar e acadêmico russos. A atual resiliência do regime político da Rússia, mesmo em um contexto de gradual “desacoplamento” econômico e institucional em relação aos países ocidentais, sugere que o programa de “defesa híbrida” – ou “segurança democrática”, na dicção de Korybko (2016) – tem sido exitoso e pode auxiliar o país na obtenção de seus objetivos geoestratégicos.

Falamos aqui em “desacoplamento” (*decoupling*) em sentido similar ao que é dado ao termo por Kishore Mahbubani (2020), em seu ensaio sobre o recrudescimento do antagonismo EUA-China durante a presidência de Donald Trump. Entendemos que, de maneira análoga ao que alertou o autor para o caso das relações bilaterais sino-americanas, a crescente cisão entre a Rússia e o Ocidente tende a impulsionar transformações no sistema internacional de matriz liberal do pós-guerra. Pilares importantes dessa arquitetura, a exemplo da predominância do dólar nas transações econômicas, passam a ser criticados com maior intensidade na medida em que a divisa deixa de oferecer meio “neuro” e seguro para as trocas, sendo empregada como instrumento coercitivo por intermédio de sanções unilaterais, ao arripio do direito internacional (MAHBUBANI, p. 60-61).

Para o caso específico da Rússia, o recente banimento do sistema de pagamento interbancário SWIFT e a consequente busca por sistemas alternativos – em conjunto com a China (TAN, 2022) –, sinalizam que o mencionado

desacoplamento já se encontra em operação. Conforme declarou Vladimir Putin em seu discurso de abertura à 25ª Sessão Plenária do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (RUSSIA, 2022c), o surgimento de novos polos de influência no sistema internacional implica que os interesses das potências emergentes “não podem mais ser ignorados”. Nesse sentido, na consolidação da ordem multipolar, os diversos centros de poder “desenvolvem seu próprio sistema político e instituições públicas de acordo com seu modelo de crescimento econômico e, naturalmente, possuem o direito de protegê-los e de garantir a soberania nacional” (RUSSIA, 2022c, grifo nosso).

O discurso presidencial aqui citado joga luz sobre o argumento de que as contramedidas estatais formuladas pela Rússia, exploradas neste artigo, não são fortuitas, mas partem de um programa específico de contraposição às ameaças complexas de interferência externa, trabalhadas pelo aparato estatal russo sob o rótulo de guerra híbrida.

Para o Brasil, compreender o esforço de resiliência russo em cenário de forte antagonismo externo mostra-se de suma importância. As alterações no ambiente securitário internacional, relacionadas ao surgimento e à difusão das ameaças híbridas, exigem preparo prévio das autoridades e instituições nacionais para lidar com fenômenos que se situam na zona cinzenta entre a pressão político-diplomática e o confronto armado *stricto sensu*.

É claro que as soluções específicas adotadas pela Rússia não constituem nenhum tipo de “manual” a ser seguido de forma acrítica. Pelo contrário: soluções eficazes somente podem ser formuladas a partir das características culturais, sociais e políticas do Brasil, de nossas tradições institucionais e de nossos interesses geopolíticos. O que a análise do caso russo demonstra é que é possível, por intermédio de efetiva coordenação entre os órgãos de Estado brasileiros, formular e implementar, gradualmente, um programa de enfrentamento às ameaças híbridas, em consonância com a necessidade de contraposição a ações de interferência externa – uma das ameaças ao Estado e à sociedade definidas na Política Nacional de Inteligência (BRASIL, 2016).

Referências

- ALVES, Benno Warken; MACEDO, Bruno Vieira de; ROAHNY, Lucas. O que é “guerra híbrida”? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 229-254, 2022. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75282>. Acesso em 5 fev. 2023.
- BACZYNSKA, Gabriela. Russia's Putin tightens grip on elites with overseas asset ban. **Reuters**, 29 ago 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/ymtw9hme>. Acesso em 5 fev. 2023.
- BACZYNSKA, Gabriela; GUTTERMAN, Steve; HERITAGE, Timothy. Russia says it will not allow Syria no-fly zones. **Reuters**, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-russia-idUSBRE95GOCA20130617>. Acesso em 5 fev. 2023.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Desordem Mundial: O Espectro da Total Dominação – Guerras por Procuração, Terror, Caos e Catástrofes Humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARTLES, Charles K. Getting Gerasimov Right. **Military Review**, p. 30-38, jan.-fev. 2016. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20160228_art009.pdf. Acesso em 9 maio 2023.
- BBC. Rusia critica la intervención militar en Libia. **BBC News Mundo**, 28 mar. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/ultimas_noticias/2011/03/110328_ultnot_lavrov_critica_campana_libia_cr. Acesso em 5 fev. 2023.
- BERZINA, Ieva. Color Revolutions: Democratization, Hidden Influence, or Warfare? **CSSR Working Paper Series**. Working Paper, n. 1. Riga: National Defense Academy of Latvia – Center for Security and Strategic Research, 2014.
- BERZINA, Ieva. Weaponization of “Colour Revolutions”. **Journal of Political Marketing**, v. 18, n. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15377857.2019.1678905>. Acesso em 9 maio 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Inteligência**. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016.
- CARLSON, Richard W. Georgia on His Mind: George Soros’s Potemkin Revolution. **The Weekly Standard**, Foundation for Defence of Democracies, 24 maio 2004. Disponível em: <https://www.fdd.org/analysis/2004/05/24/georgia-on-his-mind-george-soross-potemkin-revolution/>. Acesso em 20 abr. 2023.

- CEIC. Russia Foreign Exchange Reserves. **CEIC Data website**, 2023. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/russia/foreign-exchange-reserves>. Acesso em 5 fev. 2023.
- COBAIN, Ian; TAYLOR, Matthew; HARDING, Luke. “I am plotting a new Russian revolution”. **The Guardian**, 13 abr. 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2007/apr/13/topstories3.russia>. Acesso em 5 fev. 2023.
- CORMAC, Rory; ALDRICH, Richard J. Grey is the new black: covert action and implausible deniability. **International Affairs**. Oxford, v. 94, n. 03, p. 477–494, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323905198_Grey_is_the_new_black_Covert_action_and_implausible_deniability/link/5aec57f7aca2727bc0043f4b/download. Acesso em 5 fev. 2023.
- COUNCIL OF EUROPE. Council of Europe Commissioner for Human Rights reiterates his call to bring Russian NGO legislation in line with European standards. **Council of Europe Commissioner for Human Rights**. Strasbourg, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/8c762fk3>. Acesso em 5 fev. 2023.
- COUNCIL OF EUROPE. Follow-up memorandum of the Commissioner for Human Rights on freedom of assembly in the Russian Federation. **Council of Europe Commissioner for Human Rights**. Strasbourg, 5 set. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zv4us2u>. Acesso em 5 fev. 2023.
- DEVITT, Polina; ZINETS, Natalia. Rússia veta importação de alimentos do Ocidente em retaliação a sanções. **Reuters**. Moscou, 7 ago. 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/mundo-russia-importacoes-idBRKBN0G72F220140807>. Acesso em 5 fev. 2023.
- DIXON, Robyn. Russia’s “foreign agent” law now threatens rights group that survived even Soviet pressures. **The Washington Post**, 3 fev. 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/europe/russia-putin-foreign-agents-kremlin/2021/04/02/17dedadc-8cdd-11eb-a33e-da28941cb9ac_story.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=wp_world. Acesso em 5 fev. 2023.
- DOBBS, Michael. U.S. Advice Guided Milosevic Opposition. **The Washington Post**, 11 dez. 2000. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/12/11/us-advice-guided-milosevic-opposition/ba9e87e5-bdca-45dc-8aad-da6571e89448/>. Acesso em 20 abr. 2023.
- G1. EUA anunciam novas sanções contra Rússia por crise na Ucrânia. **G1**. São Paulo, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/eua-anunciam-novas-sancoes-contra-russia.html>. Acesso em 5 fev. 2023.
- GALEOTTI, Mark. The Mythical ‘Gerasimov Doctrine’ and the Language of Threat. **Critical Studies on Security**, v. 7, n. 2, p. 157-161, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21624887.2018.1441623>. Acesso em 9 maio 2023.
- GERASIMOV, Valery. The Value of Science is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Military-Industrial Kurier**, 27 fev. 2013.
- GLAZYEV, Sergei. **The Last World War: The US to Move and Lose**. Moscou: Knizhny Mir, 2016.
- GLAZYEV, Sergei. Sanctions and Sovereignty. In: CHUNG, Cynthia. **Through A Glass Darkly: Sanctions and Sovereignty By Sergey Glazyev**. 25 fev. 2022. Disponível em: <https://cynthiachung.substack.com/p/sanctions-and-sovereignty?s=r>. Acesso em 5 fev. 2023.
- GRESH, Jason P. Rosgvardiya: Hurling Towards Confrontation? **CSIS Blogs – The Post-Soviet Post. Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4yy8hekc>. Acesso em 5 fev. 2023.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Choking on bureaucracy: State curbs on independent civil society activism. **Human Rights Watch**, v. 20, n. 1(D), 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/49hd62s4>. Acesso em 5 fev. 2023.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Laws of attrition: Crackdown on Russia’s civil society after Putin’s return to the presidency. **Human Rights Watch**, abr. 2013a. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycx4pntj>. Acesso em 5 fev. 2023.
- HUMAN RIGHTS WATCH**. Russia: Worst Human Rights Climate in Post-Soviet Era: Unprecedented Crackdown on Civil Society. Human Rights Watch, Moscou, 24 abr. 2013b. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvtcdees>. Acesso em 5 fev. 2023.
- HUMAN RIGHTS WATCH**. Online and on all fronts: Russia’s assault on freedom of expression. Human Rights Watch, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2017/07/18/online-and-all-fronts/russias-assault-freedom-expression>. Acesso em 5 fev. 2023.
- JONSSON, Oscar. **The Russian Understanding of War: Blurring the Lines Between War and Peace**. Washington: Georgetown University Press, 2019.
- KAMHI, Alison. The Russian NGO Law: Potential Conflicts with International, National, and Foreign Legislation. **The International Journal of Not-for-Profit Law**, v. 9, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.icnl.org/resources/research/ijnl/the-russian-ngo-law-potential-conflicts-with-international-national-and-foreign-legislation>. Acesso em 5 fev. 2023.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018 [2015].
- KORYBKO, Andrew. Hybrid Wars and Democratic Security. **Geopolitika.ru**, 12 jun. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/6nxnuu77>. Acesso em 5 fev. 2023.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: Geopolitical Conflicts in the Postmodern Age**. London: Arktos, 2022.

LYYTIKÄINEN, Laura. **Performing Political Opposition in Russia: The Case of the Youth Movement** Oborona. Helsinki: University of Helsinki – Department of Social Research, 2014.

MAHBUBANI, Kishore. **Has China Won? The Chinese Challenge to American Primacy**. New York: Public Affairs, 2020.

MIJNSSEN, Ivo. **The Quest for an Ideal Youth in Putin's Russia I: Back to Our Future! History, Modernity, and Patriotism According to Nashi, 2005-2013**. Stuttgart: Ibidem-Verlag Press, 2014.

MOSNEWS. Russian Chess Legend Kasparov to Establish United Civil Front. **MosNews.com**, 18 maio 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s4ew8s4>. Acesso em 5 fev. 2023.

MOSNEWS. Russian opposition holds forum ahead of summit. **MosNews.com**, 11 jul. 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/6r7rukem>. Acesso em 5 fev. 2023.

NIKOLAYENKO, Olena. **Youth movements and elections in Eastern Europe**. New York: Cambridge University Press, 2017.

OHCHR/UN, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Human Rights Council Universal Periodic Review (UPR) (third cycle 2017-2022) – 30th UPR Working Group Session**, 9 maio 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y24ah5m4>. Acesso em 5 fev. 2023.

OLIVEIRA, Kelly. Embargo da Rússia abre grande janela para Brasil exportar carnes. **Agência Brasil**. Brasília, 7 ago. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-08/embargo-da-russia-abre-grande-janela-para-brasil-exportar-carnes>. Acesso em 5 fev. 2023.

OSTROUKH, Andrey; HEINRICH, Mark. Russia's Putin Signs NGO "Foreign Agents' Law". **Reuters**, 21 jul. 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/3383v5ke>. Acesso em 5 fev. 2023.

RAINSFORD, Sarah. US MacArthur Foundation leaves Russia amid legal crackdown. **BBC News**, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/wpfvj79h>. Acesso em 5 fev.

REUTERS. Russia: outside meddling in Libya "unacceptable". **Reuters**, 10 mar. 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-russia-libya-lavrov-idUSTRE72919Y20110310>. Acesso em 5 fev. 2023.

RFE/RL. "Other Russia" conference opens in Moscow. Radio Free Europe/Radio Liberty, 11 jul. 2006. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1069756.html>. Acesso em 5 fev. 2023.

RFE/RL. Putin Signs NGO "Foreign Agents Law". **Radio Free Europe/Radio Liberty**, 21 jul. 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/zjvpdfw4>. Acesso em 5 fev. 2023.

RICHTER, Andrei. **"Foreign Agents" in Russian Media Law**. Strasbourg: European Audiovisual Observatory, 2020.

ROBERTSON, Graeme B. Managing Society: Protest, Civil Society, and Regime in Putin's Russia. **Slavic Review**, v. 68, n. 3, p. 528-547, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25621654>. Acesso em 5 fev. 2023.

ROSENBERG, Tina. Revolution U. **Foreign Policy**, 17 fev. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/02/17/revolution-u-2/amp>. Acesso em 20 abr. 2023.

ROSLAN, Grzegorz. Rosgvard, the National Guards Russian Federation. **Security Forum**, v. 1, n. 2, p. 87-95, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/b7bm5txs>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUMER, Eugene. **The Primakov (Not Gerasimov) Doctrine in Action**. Washington, EUA: Carnegie Endowment for International Peace, 2019.

RUMER, Eugene. Interview on Radio Slovensko and Slovakian Television Company (STV). **Kremlin – Official Internet Resources of the President of Russia**, 22 fev. 2005. Disponível em: <http://kremlin.ru/transcripts/22837>. Acesso em 05 fev. 2023.

RUSSIA. The State Duma condemned US attempts to interfere in the internal political situation in Russia. **Duma Official Website**, 13 abr. 2007a. Disponível em: <http://duma.gov.ru/news/527>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. Transcript – one hundred and ninety-ninth meeting of the Federation Council. **Federation Council Official Website**, 13 abr. 2007b. Disponível em: <http://council.gov.ru/media/files/41d44e660f8bd12d2b90.doc>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. Conference Proceedings. III Moscow Conference on International Security. **Ministry of Defense of the Russian Federation**, Moscou, 23-24 maio 2014a. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynmskc8n>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. Message from the President of the Russian Federation. **Kremlin – Official Internet Resources of the President of Russia**, 18 mar. 2014b. Disponível em: <http://kremlin.ru/news/20603>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. Bank of Russia Foreign Exchange Asset Management Report. **Bank of Russia Website**, Moscou, n. 1 (33), 2015a. Disponível em: https://www.cbr.ru/Collection/Collection/File/31899/2015-01_res_en.pdf. Acesso em 20 abr. 2023.

RUSSIA. List of foreign and international Non-Governmental Organizations whose activities are recognized as undesirable in the territory of the Russian Federation. **Ministry of Justice of the Russian Federation**, Moscou, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/wnn9yb86>. Acesso em 05 fev. 2023.

RUSSIA. On the Extension of Certain Special Economic Measures Aimed to Ensure the Security of Russia. **Official Website of Legal Information**, 11 out. 2022a. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202210110003>. Acesso em 20 abr. 2023

RUSSIA. Bank of Russia Foreign Exchange and Gold Asset Management Report. **Bank of Russia Website**, Moscou, n. 1 (61), 2022b. Disponível em: https://www.cbr.ru/Collection/Collection/File/39685/2022-01_res_en.pdf. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. St. Petersburg International Economic Forum Plenary Session. **Kremlin – Official Internet Resources of the President of Russia**, 17 jun. 2022c. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ra44k3n>. Acesso em 5 fev. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 18 de 10 de janeiro de 2006**. Sobre alterações de certos atos legislativos da Federação Russa. Conselho da Federação, Garant, 2006. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=12044310&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 65 de 8 de junho de 2012**. Sobre alterações ao Código da Federação Russa sobre Ofensas Administrativas e à Lei Federal “Sobre Reuniões, Comícios, Manifestações, Marchas e Piquetes”. Conselho da Federação, Garant, 2012a. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70086842&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 121 de 20 de julho de 2012**. Sobre alterações a certos atos legislativos da Federação Russa relativos à regulamentação das atividades de organizações não-comerciais que atuam como agentes estrangeiros. Conselho da Federação, Garant, 2012b. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70104242&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 139 de 28 de julho de 2012**. Sobre alterações à Lei Federal “Sobre a proteção de crianças contra informações prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento” e certos atos legislativos da Federação Russa. Conselho da Federação, Garant, 2012c. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70107766&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 190 de 12 de janeiro de 2012**. Sobre a alteração do Código Penal da Federação Russa e o artigo 151 do Código de Processo Penal da Federação Russa. Conselho da Federação, Garant, 2012d. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70157082&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 230 de 3 de dezembro de 2012**. Sobre o controle da conformidade das despesas de pessoas que ocupam cargos públicos e outras pessoas com suas receitas. Conselho da Federação, Garant, 2012e. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70171682&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 79 de 7 de maio de 2013**. Sobre a proibição a certas categorias de pessoas de abrir e ter contas (depósitos), manter dinheiro e valores em bancos estrangeiros localizados fora do território da Federação Russa, possuir e (ou) usar instrumentos financeiros estrangeiros. Conselho da Federação, Garant, 2013a. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70272954&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 398 de 28 de dezembro de 2013**. Sobre alterações à Lei Federal “Sobre informação, tecnologias da informação e proteção da informação”. Conselho da Federação, Garant, 2013b. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70452568&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 258 de 21 de julho de 2014**. Sobre alterações a certos atos legislativos da Federação Russa voltadas a aprimorar a legislação sobre eventos públicos. Conselho da Federação, Garant, 2014c. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70601304&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei federal nº 129 de 23 de maio de 2015**. Sobre alterações a certos atos legislativos da Federação Russa. Conselho da Federação, Garant, 2015b. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=70935684&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 327 de 25 de novembro de 2017**. Sobre as alterações aos artigos 10.4 e 15.3 da Lei Federal “Sobre informação, tecnologias da informação e proteção da informação” e Artigo 6 da Lei da Federação Russa “Sobre meios de comunicação de massa”. Conselho da Federação, Garant, 2017. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=71718236&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 90 de 1º de maio de 2019**. Sobre alterações à Lei Federal “Sobre comunicações” e à Lei Federal “Sobre informação, tecnologias da informação e proteção da informação”. Conselho da Federação, Garant, 2019a. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=72135254&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

RUSSIA. **Lei Federal nº 426 de 2 de dezembro de 2019**. Sobre alterações à Lei da Federação Russa “Sobre a mídia de massa” e à Lei Federal “Sobre informações, tecnologias da informação e proteção da informação”. Conselho da Federação, Garant, 2019b. Disponível em: <http://graph.garant.ru:8080/document?id=72993352&byPara=1>. Acesso em 25 abr. 2023.

SCHWIRTZ, Michael. Russia’s Political Youths. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization**, v. 15, n. 1, p. 73-85, 2007. Disponível em: https://demokratizatsiya.pub/archives/15_1_M7U8586745386625.pdf. Acesso em 20 abr. 2023.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Military Expenditure Database**, 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em 5 fev. 2023.

SPUTNIK. Arma hipersônica: Rússia cria primeiro míssil hipersônico universal. **Sputnik Brasil**, 17 set. 2016. Disponível em: <https://sputniknewsbrasil.com.br/20160917/russia-missil-hipersonico-6344431.html>. Acesso em 20 abr. 2023.

STEELE, Jonathan. Ukraine's postmodern coup d'etat. **The Guardian**, 26 nov. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.comment>. Acesso em 20 abr. 2023.

STRIZH, Vasilisa. Sovereign Runet Law: Russia Considers Taking Control of Internet in Emergency Situations. **Morgan Lewis Tech & Sourcing Blog**, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mv52dwat>. Acesso em 5 fev. 2023.

SUSSMAN, Gerald; KRADER, Sascha. Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 5, n. 3, p. 91-112, 2008. Disponível em: <https://www.westminsterpapers.org/article/115/galley/3512/download/>. Acesso em 5 fev. 2023

TAN, Huileng. China and Russia are Working on Homegrown Alternatives to the SWIFT Payment System. Here's What They Would Mean for the US Dollar. **Business Insider**, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/2bcamjv>. Acesso em 05 fev. 2023.

TASS. Putin signs law on reliable Russian Internet. **TASS Russian News Agency**, 1º maio 2019. Disponível em: <https://tass.com/politics/1056750>. Acesso em 5 fev. 2023.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

TRADINGECONOMICS. Russia Gold Reserves. **TradingEconomics Website**, 2023. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/russia/gold-reserves>. Acesso em 5 fev. 2023.

UE. Declaração do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do Presidente da Comissão Europeia, em nome da União Europeia, sobre as medidas restritivas adicionais tomadas contra a Rússia. **Conselho Europeu**, Bruxelas, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/22016/144191.pdf>. Acesso em 5 fev. 2023.

UE. Russian import ban on EU products. **Official website of the European Union**, 2023. Disponível em: https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/international-affairs/eu-russia-sps-issues/russian-import-ban-eu-products_en. Acesso em 20 abr. 2023.

UNSC. **Resolution n. 1973**. United Nations Security Council, 2011. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/1973-%282011%29>. Acesso em 9 maio 2023.

USA. **Supporting Human Rights and Democracy**: The U.S. Record 2006. Washington, EUA: United States Department of State, 2007.

VAN DER VET, Freek. "When They Come for You": Legal Mobilization in New Authoritarian Russia. **Law and Society Review**, v. 52, n. 2, p. 301-336, 2018.

WASSERMANN, Rogerio. Bush recebe ONGs para avaliar democracia russa. **BBC Brasil**, 15 jul. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060715_g8liberdades_crg. Acesso em 5 fev. 2023.

WILSON, Jeanne L. Coloured Revolutions: The View from Moscow and Beijing. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, v. 25, n. 2-3, p. 369-395, 2009.

WOLOSZYN, André Luís. **Guerra nas sombras**: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Contexto, 2013.

XINHUA. Russian gas pipeline "Power of Siberia" fully completed. **XinhuaNet**, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20221223/749b1fad892c41a2b3275aebfc573cd2/c.html>. Acesso em 5 fev. 2023.

Funções de colaboração exercidas

Benno Victor Warken Alves:	Conceituação; Metodologia; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Bruno Vieira de Macedo:	Conceituação; Metodologia; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Lucas Roahny:	Conceituação; Metodologia; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)